



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

UTI do Hospital da Polícia Militar pode ser desativada

Comando da PM exigiu que concursados voltem às suas funções

Jadilson Simões

Greyc Andrade
DA EQUIPE JC

Apresentando dez médicos que trabalham na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital da Polícia Militar de Sergipe (HPM) terão que deixar de atuar nesta área para voltar as funções ambulatorial e hospitalar, áreas para qual prestaram concursos. Essa decisão pode fazer com que a UTI da HPM seja desativada. A informação é do assessor de comunicação da Polícia Militar, major Paiva. “O Comando da PM determinou que os médicos concursados para fazer atendimento ambulatorial e hospitalar, e que estivessem escalados para a função de intensivistas, o que não são, voltassem para seus cargos”, explicou Paiva.

“Em outras palavras, eles estavam em desvio de função. Eles não foram concursados para serem intensivistas. Eles não têm capacitação específica nessa área. Ou seja, estavam exercendo um serviço sem qualificação técnica específica. E, por isso, o comandante da PM, coronel Maurício Iunes, sob pena de cometer uma improbidade administrativa, ordenou que fosse desfeita a escala e que os médicos voltassem para os seus funções de origem”, declarou major Paiva.

O assessor da PM relata ainda que os médicos que trabalham na UTI deveriam ser servidores do Ipes e, por isso, os médicos da PM não deveriam estar escalados para



UNIDADE do Hospital da PM deve perder dez médicos com a decisão que visa corrigir desvio de função

trabalhar naquela ala. “No hospital da polícia funciona uma UTI que não é do hospital e sim do Ipes, e os médicos da PM que foram concursados para outros serviços estavam escalados para ela, e trabalhando como se fossem servidores do Ipes, mas eles não são, esses médicos pertencem ao quadro da Polícia Militar. Alguns até já ingressaram com uma ação contra os responsáveis por essa escala, que também foi feita pelo Ministério Público Estadual (MPE) ao encontrar irregularidades no Hospital” informa

De acordo com a promotora de Justiça Euza Missano, o MPE moveu uma ação civil pública contra o hospital, pois, após uma vistoria realizada pela Vigilância Sanitária do município, houve a constatação de diversas irregularidades na UTI da unidade de saúde. “O MP não interfere na disposição dos médicos, se ele é intensivista e não está na UTI ou vice-versa. O fato é que foram encontradas irregularidades, entre elas no serviço do UTI, onde falta uma equipe multidisciplinar. Pelo porte e pelo número de leitos, ele não é obrigado a ter UTI

mas já que tem, é obrigado a seguir todos os itens necessários para garantir a segurança dos pacientes, por isso o Ministério Público entrou com uma ação pedindo que esta situação fosse regularizada, pois pior do que não existir o serviço, é fazê-lo inadequadamente”, reforçou Missano.

Durante toda a tarde de ontem a equipe de reportagem do JORNAL DA CIDADE tentou entrar em contato com o assessor de Comunicação do Ipes Saúde, mas até o fechamento da matéria não obtivemos êxito.